

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Políticas sociais provocam queda da desigualdade entre Nordeste e SP

18/06/2011

A desigualdade entre as regiões do Nordeste e o Estado de São Paulo caiu, na década passada, entre 2000 e 2010, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE. A comparação da renda média domiciliar per capita nesse período mostra, por exemplo, que municípios do Nordeste tiveram os maiores ganhos na renda por pessoa, enquanto cidades paulistas lideram a lista das que menos avançaram na década.

Considerando apenas os municípios com mais de 100 mil habitantes -os muito pequenos são mais sujeitos a variações-, entre os 50 que mais avançaram, metade são nordestinos e um paulista (Franco da Rocha).

Já na lista dos 50 que menos avançaram, 36 são de São Paulo. Corrigindo os valores de 2000 pela inflação acumulada em dez anos pelo INPC (indicador do IBGE), 12 tiveram até mesmo pequena queda no rendimento médio. Nove entre eles são paulistas.

É natural que municípios mais pobres tenham margem maior para avançar mais. No entanto, isso nem sempre ocorreu num país que se acostumou com a desigualdade. Nos anos 80, por exemplo, São Paulo viu a renda média de seus domicílios subir 17%, enquanto o Maranhão avançou 7%.

Na década passada, os domicílios paulistas registraram o menor crescimento entre todas as unidades da federação (apenas 3%), enquanto nos maranhenses a variação foi de 46%. Para João Saboia, professor do Instituto de Economia da UFRJ, a "melhora substancial na distribuição regional dos rendimentos" ocorreu graças especialmente ao desenvolvimento de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e ao aumento do salário mínimo, que variou 70% na década, descontada a inflação.

Pedro Herculano de Souza, do Ipea, explica que o Bolsa Família, apesar o valor da transferência tem impacto muito grande em cidades menores e nas quais a renda familiar é muito baixa. Ele lembra que a Previdência Rural, cujo benefício é vinculado ao mínimo, incide mais nessas áreas.

Segundo Claudio Dedecca, da Unicamp, o aumento do mínimo repercute mais no mercado de trabalho das cidades mais pobres, pois um contingente maior tem rendimentos vinculados a ele.

"A década foi marcada por ampliação da política social e crescimento de qualidade, graças à maior dispersão dos investimentos sobre o território nacional, beneficiando áreas mais pobres", resume Lena Lavinas, da UFRJ.

Quando se analisa o crescimento em cada município, Sonia Rocha, pesquisadora do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, lembra que é preciso considerar, no caso de regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos, que a renda pode ser alta em função do dinamismo de cidades vizinhas.

Mas esse dinamismo, segundo ela, também pode ter efeito colateral. Ao atrair mais população, reduz a renda média da cidade.